



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

*Voltalia São Miguel do
Gostoso Participações
S.A.*



ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras...	3
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração dos resultados	6
Balanco patrimonial (Ativo)	7
Balanco patrimonial (Passivo e Patrimônio Líquido)	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Notas explicativas	10
1 Contexto e mudanças significativas	10
1.1 Informações gerais.....	10
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	13
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	13
2 Principais informações financeiras	14
2.1 Resultado do exercício.....	14
2.2 Ativos e passivos financeiros	17
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	26
2.4 Patrimônio líquido.....	31
3 Estimativas críticas e riscos	31
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	31
3.2 Gestão de riscos.....	32
4 Itens não reconhecidos	34
4.1 Contingências.....	34
5 Outras informações	35
5.1 Transações com partes relacionadas	35
5.2 Seguros	36
6 Principais práticas contábeis adotadas	36
6.1 Caixa e equivalentes de caixa.....	36
6.2 Imobilizado	36
6.3 Intangível	37
6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment").....	38
6.5 Empréstimos e financiamentos	38
6.6 Provisões.....	39
6.7 Tributação.....	39
6.8 Outros ativos e passivos	40
6.9 Reconhecimento de receita.....	40
6.10 Instrumentos financeiros	40
6.11 Passivo de arrendamentos.....	41
6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente.....	41
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	42

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque
Contador CRC CE019775/O-9-T-RJ

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	2.320	2.502	8.890	8.217
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais				
Resultado em equivalência patrimonial	2.3.3	(7.399)	(8.467)	-
Resultado financeiro - Provisão de Juros	2.1.3	6.772	7.259	29.005
Ajuste a valor presente	2.1.3	-	-	100
Ressarcimentos contratuais - reversão/em curso	2.2.4	-	-	5.631
Penalidades contratuais - reversão/em curso	2.2.11	-	-	3.317
Penalidades contratuais - atualização financeira	2.2.11	-	-	432
Depreciações e amortizações	2.1.2	-	-	19.685
Rendimento de aplicação financeira	2.1.3	(1.916)	(1.277)	(10.392)
Sinistro - impacto no resultado	-	-	-	838
Provisão para contingências fiscais	-	-	1	1
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	-	-	397	288
Outros ativos - Indenizações a receber	-	-	(1.047)	-
Adiantamentos a fornecedores	75	(3)	539	(128)
Despesas antecipadas	-	-	73	(195)
Impostos a recuperar	6	(210)	2	(172)
Outros ativos	-	-	1.063	(3.826)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	(8)	-	(2.073)	3.936
Obrigações fiscais e trabalhistas	1	2	(1.070)	(1.120)
Penalidades contratuais	-	-	(784)	-
Fornecedores – partes relacionadas	-	-	(20)	(250)
Passivo de arrendamentos	-	-	-	31
Outras obrigações	-	-	-	(1)
Recursos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais				
Juros pagos sobre financiamento	2.2.8	-	(15.543)	(16.552)
Juros pagos sobre debêntures	2.2.9	(4.334)	(4.366)	(4.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.902)	(4.381)
Recursos líquidos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais				
		(4.483)	(4.560)	27.970
				35.667
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução em investimentos	-	7.649	2.307	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	(1.329)	(2.171)	(7.856)
Dividendos recebidos	-	1.811	2.426	-
Baixas (Aquisições) de imobilizado	2.3.1	-	-	(358)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento				
		8.131	2.562	(8.214)
				(17.576)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Mútuos	-	-	1.491	-
Pagamento debêntures	2.2.9	(3.311)	(1.592)	(3.311)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	(16.530)
Pagamento de arrendamentos	2.2.10	-	-	(1.078)
Aumento de capital social	2.4.1	-	3.650	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento				
		(3.311)	3.549	(20.919)
				(13.774)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa				
		337	1.551	(1.163)
				4.317
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	1.688	137	6.338
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa				
		337	1.551	(1.163)
				4.317
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.2.2	2.025	1.688	5.175
Transações que não afetaram caixa:				
Passivo de arrendamento	-	-	(3.118)	(63)
Baixa custo de transação	-	-	1.403	-
Baixa de valores prescritos	-	-	(478)	-
baixa de impostos prescritos	-	-	-	(37)
Provisão desmobilização	-	-	(4.474)	-

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional com fornecimento de energia, líquida	2.1.1 (a)	-	-	78.494	68.967
Outras receitas operacionais, líquida	2.1.1 (b)	-	-	1.352	1.982
Custos operacionais	2.1.2	-	-	(50.884)	(45.238)
Resultado bruto		-	-	28.962	25.711
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	2.1.2	(288)	(167)	(3.387)	(2.745)
Outras receitas	2.3.1	-	-	3.164	5.494
Resultado das participações societárias	2.3.3	7.399	8.467	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		7.111	8.300	28.739	28.460
Despesas Financeiras		(6.982)	(7.456)	(30.516)	(28.131)
Receitas Financeiras		2.191	1.658	10.667	7.888
Resultado financeiro	2.1.3	(4.791)	(5.798)	(19.849)	(20.243)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.320	2.502	8.890	8.217
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	-	-	(6.570)	(5.715)
Lucro do exercício		2.320	2.502	2.320	2.502

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Balço patrimonial (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.2	2.025	1.688	5.175	6.338
Contas a receber	2.2.4	-	-	7.689	9.025
Adiantamento a fornecedores		5	81	616	1.155
Despesas antecipadas		-	-	1.229	1.302
Dividendos a receber - Partes relacionadas	5.1	1.780	1.811	-	-
Impostos a recuperar	2.2.5	3.088	3.087	3.101	3.103
Outros Ativos	2.2.6	-	-	3.753	5.589
Total ativo circulante		6.898	6.667	21.563	26.512
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	17.406	14.161	99.470	81.222
Contas a receber	2.2.4	-	-	1.047	4.692
Investimentos	2.3.3	258.951	260.980	-	-
Outros Ativos	2.2.6	-	-	1.151	378
Imobilizado	2.3.1	-	-	380.219	391.381
Intangível	2.3.2	-	-	10.581	11.154
Total ativo não circulante		276.357	275.141	492.468	488.827
Total do ativo		283.255	281.808	514.031	515.339

Balço patrimonial (Passivo e Patrimônio Líquido)

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	2.2.7	3	11	5.834	9.310
Empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	15.404	14.354
Debêntures	2.2.9	5.591	3.383	5.591	3.383
Obrigações fiscais e trabalhistas		8	7	2.093	2.495
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	5	-	110	130
Penalidades contratuais	2.2.11	-	-	18.054	7.536
Passivo de arrendamentos	2.2.10	-	-	353	214
Total passivo circulante		5.607	3.401	47.439	37.422
Não circulante					
Debêntures	2.2.9	47.303	50.382	47.303	50.382
Passivo de arrendamentos	2.2.10	-	-	7.988	5.363
Empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	160.750	170.962
Penalidades contratuais	2.2.11	-	-	15.609	23.162
Provisão fiscal		1	1	25	24
Obrigações pela desmobilização de ativos	2.3.1	-	-	4.573	-
Total passivo não circulante		47.304	50.383	236.248	249.893
Total passivo		52.911	53.784	283.687	287.315
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.4	235.230	235.230	235.230	235.230
Prejuízo Acumulado		(4.886)	(7.206)	(4.886)	(7.206)
Total patrimônio líquido		230.344	228.024	230.344	228.024
Total do passivo e patrimônio líquido		283.255	281.808	514.031	515.339

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais



	Nota	Capital social	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		231.580	(9.708)	221.872
Aumento de capital		3.650	-	3.650
Lucro líquido do exercício		-	2.502	2.502
Saldos em 31 de dezembro de 2022		235.230	(7.206)	228.024
Lucro líquido do exercício	2.4.2	-	2.320	2.320
Saldos em 31 de dezembro de 2023		235.230	(4.886)	230.344

Notas explicativas

1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e performance da Companhia durante o período.

1.1 Informações gerais

A Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações constituída em 13 de fevereiro de 2014, com sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas entraram em operação de teste em maio de 2017 e em operação em julho de 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2023 as participações societárias diretas são as seguintes:

Empreendimento	% Participação
Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica São João SPE S.A	100,00%

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 1º de julho de 2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no uso de suas atribuições regimentais decide alterar, de 27.000 KW para 27.465 kW, a potência instalada da Central Geradora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. Essa alteração na outorga ocorreu após a finalização do processo de Alteração de Características Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substituição do aerogerador SC-02 da Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.

Autorização do Parque Eólico Reduto

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16 de abril de 2012 e o término em 16 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico Carnaúba

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 204 de 5 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico São João

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 173 de 22 de março de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26 de março de 2012 e o término em 26 de março de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL

Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica São João SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Contrato de Energia de Reserva - CER

As controladas firmaram em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92 /MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de julho de 2014 a 1º de abril de 2015 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 165/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento.

O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável.

Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância

(>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2023, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas (doravante denominadas “Grupo” ou “Grupo SMG”) encontram-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 25.876. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a administração realizará chamada de capital para a sua acionista, a fim de que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 29 de janeiro de 2024.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Resultado do exercício

2.1.1 Receita operacional líquida

2.1.1.(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida

O valor registrado na receita operacional líquida corresponde aos valores a receber da CCEE descontadas dos impostos incidentes na receita. O saldo da receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

Descrição	Consolidado				Total
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	
	31/12/2023				
Receita bruta de fornecimento - CCEE	22.382	23.392	22.100	22.642	90.516
Penalidade - CCEE	(2.402)	(1.919)	(2.535)	(2.193)	(9.049)
Tributos sobre receita	(729)	(784)	(713)	(747)	(2.973)
Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida	19.251	20.689	18.852	19.702	78.494

Descrição	Consolidado				Total
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	
	31/12/2022				
Receita bruta de fornecimento - CCEE	21.146	22.418	20.675	21.566	85.805
Penalidade - CCEE	(3.108)	(5.293)	(2.161)	(3.662)	(14.224)
Tributos sobre receita	(659)	(626)	(676)	(653)	(2.614)
Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida	17.379	16.499	17.838	17.251	68.967

O aumento na receita se deve basicamente em função da atualização contratual referente as receitas fixas e redução das penalidades apuradas para o exercício.

2.1.1.(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquida

Descrição	Consolidado				Total
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	
	31/12/2023				
Outras receitas (despesas) operacionais	205	(17)	246	918	1.352
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquida	205	(17)	246	918	1.352

Descrição	Consolidado				Total
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	
	31/12/2022				
Outras receitas operacionais	33	1.359	549	116	2.057
Tributos sobre receita	(1)	(50)	(20)	(4)	(75)
Total de outras receitas operacionais, líquida	32	1.309	529	112	1.982

Saldo refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade dos parques acima do previsto em contrato. Em Reduto R\$ 205 no ano corrente, Santo Cristo R\$ 84 no ano corrente e o estorno de R\$ 101 registrado no exercício comparativo, Carnaúba R\$ 275 no ano corrente e o estorno de R\$ 29 registrado no exercício comparativo, São João R\$ 920 no ano corrente e o estorno de R\$ 2 registrado no exercício comparativo.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Despesas		Despesas	
Serviços	(159)		(154)	
Despesas Legais e Judiciais	(4)		(3)	
Despesas administrativas gerais	(54)		(10)	
Outras despesas	(71)		-	
	(288)		(167)	

	Consolidada			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Depreciações e amortizações	(19.685)	-	(20.445)	-
Encargos setoriais	(10.505)	-	(9.648)	-
Serviços de operação & manutenção	(13.233)	-	(8.379)	-
Serviços de operação & manutenção - Partes relacionadas	(5.640)	-	(5.128)	-
Energia comprada para revenda	(15)	-	(9)	-
Seguros	(1.403)	-	(1.056)	-
Aluguel	(403)	-	(573)	-
Serviços	-	(1.370)	-	(1.777)
Despesas administrativas gerais	-	(1.443)	-	(939)
Outras despesas	-	(478)	-	-
Despesas Legais e Judiciais	-	(96)	-	(29)
	(50.884)	(3.387)	(45.238)	(2.745)

O aumento nos custos se deve basicamente a atualização contratual dos serviços de Operação & Manutenção após o 5º ano em vigor.

2.1.3 Receitas e despesas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita Financeira				
Rendimentos Aplicações financeiras (*)	1.916	1.277	10.392	7.605
Outras receitas financeiras	275	283	275	283
Juros sobre mútuos ativos	-	98	-	-
	2.191	1.658	10.667	7.888
Despesa Financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(21.509)	(18.434)
Juros sobre debêntures	(6.772)	(7.357)	(6.772)	(7.357)
Juros sobre passivos de arrendamentos	-	-	(724)	(492)
Ajuste a valor presente	-	-	(100)	-
Atualização penalidades suspensas	-	-	(432)	(1.235)
Outras despesas financeiras	(210)	(99)	(979)	(613)
	(6.982)	(7.456)	(30.516)	(28.131)
Total de resultado financeiro	(4.791)	(5.798)	(19.849)	(20.243)

(*) Refere-se a atualização de juros selic para o período.

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.320	2.502
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	(789)	(851)
Resultado de equivalência Patrimonial (34%)	2.516	2.879
Créditos tributários não constituídos	(1.727)	(2.028)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1)	90.516	87.862
Penalidades (Nota 2.1.1)	(9.049)	(14.224)
Outras receitas	1.047	5.494
Base ajustada	82.514	79.132
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	6.601	6.331
Presunção contribuição social - 12% (b)	9.902	9.496
Demais Receitas e Ganhos de capital (c)	12.112	10.276
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)	18.713	16.607
Imposto de renda:15%	2.807	2.491
Adicional de Imposto de Renda: 10%	1.782	1.445
Total IRPJ	4.589	3.936
Base de Cálculo - CSLL	22.014	19.772
Contribuição social: 9%	1.981	1.779
Total de CSLL	1.981	1.779
Total IRPJ e CSLL	6.570	5.715

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.025	1.688	5.175	6.338
Contas a receber	-	-	8.736	13.717
Títulos e valores mobiliários	17.406	14.161	99.470	81.222
Total ativos financeiros	19.431	15.849	113.381	101.277
Passivos financeiros				
Fornecedores	(3)	(11)	(5.834)	(9.310)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(176.154)	(185.316)
Debentures	(52.894)	(53.765)	(52.894)	(53.765)
Passivo de arrendamento	-	-	(8.341)	(5.577)
Penalidades contratuais	-	-	(33.663)	(30.698)
Contas a pagar, dividendos - partes relacionadas	(5)	-	(110)	(130)
Total de passivos financeiros	(52.902)	(53.776)	(276.996)	(284.796)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(33.471)	(37.927)	(163.615)	(183.519)

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e banco conta movimento	-	47	51	76
Aplicações financeiras	2.025	1.641	5.124	6.262
	2.025	1.688	5.175	6.338

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 95,4% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 98% a 100,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reserva SPE (1)	-	-	62.513	48.193
Serviço da dívida – empréstimo BNDES (2)	-	-	9.106	8.222
Serviços de manutenção - O&M (2)	-	-	3.568	3.220
Conta Centralizadora (3)	-	-	6.775	7.404
Reserva Holding	1.797	-	1.797	-
Reserva Debentures - APL	15.609	14.161	15.609	14.161
Outras aplicações restritas	-	-	102	22
Total	17.406	14.161	99.470	81.222

A seguir, descrição das principais contas:

(1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.

(2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2023, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

(3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.7).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,6% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber de clientes

O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Mais detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1. A rubrica outros evidencia o valor de R\$ 1.047 referente a indenização adicional junto ao prestador de serviço, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021 na SPE Santo Cristo.

Abaixo, é demonstrada a composição do contas a receber consolidado.

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Ativo circulante					
Receita Fixa (*)	1.895	2.001	1.876	1.917	7.689
Total ativo circulante	1.895	2.001	1.876	1.917	7.689
Ativo não circulante					
Outros	-	1.047	-	-	1.047
Total	-	1.047	-	-	1.047
Total	1.895	3.048	1.876	1.917	8.736
				Ativo circulante	7.689
				Ativo não circulante	1.047

	Consolidado				
	31/12/2022				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Ativo circulante					
Receita Fixa (*)	1.831	2.592	1.811	1.852	8.086
Ressarcimento (**)	216	243	262	218	939
Total ativo circulante	2.047	2.835	2.073	2.070	9.025
Ativo não circulante					
Ressarcimento (**)	1.082	1.213	1.309	1.088	4.692
Total	1.082	1.213	1.309	1.088	4.692
Total	3.129	4.048	3.382	3.158	13.717
				Ativo circulante	9.025
				Ativo não circulante	4.692

(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

(**) Referente a provisão de receita variável do contrato CER (Nota 1).

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNDES (Nota 2.2.8).

2.2.5 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante				
Imposto de Renda - Saldo Negativo	2.782	2.842	2.782	2.842
IRRF Aplicação Financeira	306	194	303	194
INSS	-	-	14	14
Outros impostos a recuperar	-	51	2	53
Total ativo circulante	3.088	3.087	3.101	3.103
Total de impostos a recuperar	3.088	3.087	3.101	3.103

Em 31 de dezembro de 2022 a empresa apresentou o saldo contábil de R\$ 2.842 referente a créditos de saldo negativo de IRPJ dos anos calendários 2017 e 2018. Em março de 2023, o saldo referente ao ano 2017 foi restituído pela Receita Federal, no valor de R\$ 554. Abaixo, é demonstrada a atualização do saldo negativo de imposto de renda:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo negativo de IRPJ 2017	-	541
Saldo negativo de IRPJ 2018	2.533	2.301
Saldo negativo de IRPJ 2022	249	-
Total	2.782	2.842

De acordo com a Instrução Normativa 2.055/2021, estes créditos podem ser utilizados por meio de compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ou podem ser objeto de restituição. Em ambos os casos, a recuperação deverá ser feita mediante envio da declaração acessória Perdcomp (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação). Considerando a ausência de débitos de impostos a serem compensados, a sociedade solicitou a restituição dos valores apresentados conforme dispositivo legal supracitado. De acordo com a legislação, o pedido de restituição poderá ser feito no prazo máximo de cinco anos, contados a partir do 1º dia do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do respectivo período de apuração.

2.2.6 Outros ativos

O saldo de outros ativos é composto majoritariamente pela rubrica de diferenças temporárias dos impostos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS apurados por competência, no valor de R\$ 1.423, clientes diversos referente ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade dos parques (Nota 2.1.1), no valor de R\$ 1.486 e depósitos judiciais referente ao processo de alvará (Nota 4.1.1) no valor de R\$ 1.151. Movimentação a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Clientes diversos	1.486	4.625
Diferenças temporárias	1.423	616
Estoque crédito de carbono	844	-
Fornecedores diversos	-	348
	3.753	5.589
Ativo não circulante		
Depósito judicial	1.151	378
	1.151	378
Total de outros ativos	4.904	5.967

2.2.7 Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços	3	11	3.622	3.559
Fiança bancária	-	-	-	1.403
Seguros	-	-	1.277	1.399
Encargos setoriais	-	-	913	854
Outros	-	-	22	90
Máquinas e equipamentos (*)	-	-	-	2.005
Total de fornecedores	3	11	5.834	9.310

(*) Referente ao valor do novo aerogerador da controlada Usina Eólica de Santo Cristo SPE S.A. Mais informações vide NE 2.3.1

2.2.8 Empréstimos e financiamentos

2.2.8.1 Composição de saldo

		Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2023	31/12/2022
Controlada	Financiamentos					
Reduto	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	43.135	45.414
Santo Cristo	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	45.088	47.335
Carnaúba	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	45.927	48.348
São João	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	42.004	44.219
					176.154	185.316
	Total circulante				15.404	14.354
	Total não circulante				160.750	170.962

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

2.2.8.2 Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial		185.316	198.557
	Juros incorridos	21.508	18.434
	Juros pagos	(15.543)	(16.552)
	Amortização de principal	(16.530)	(15.123)
	Outros ativos	1.403	-
Saldo final		176.154	185.316

2.2.8.3 Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida]

Em 31 de dezembro de 2023 o referido índice atingiu o número de 2,52 (2022 – 2,35) conforme apresentado abaixo.

	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	SMG	Total
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	17.674	20.582	14.537	18.918	15.850	87.561
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(1.998)	(2.132)	(2.154)	(1.937)	-	(8.221)
(-) Conta reserva O & M	(805)	(805)	(805)	(805)	-	(3.220)
(-) Conta reserva Debêntures	-	-	-	-	(14.162)	(14.162)
(A) Caixa inicial da atividade	14.871	17.645	11.578	16.176	1.688	61.958
Ajuste no EBITDA						
Lucro (prejuízo) no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023	979	4.220	(99)	2.299	(5.079)	2.320
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.360	2.308	1.220	1.680	-	6.568
(+/-) Resultado financeiro	3.760	3.435	4.404	3.458	4.791	19.848
(+) Depreciação e amortização	5.019	5.007	4.775	4.886	-	19.687
(-) Ganho na baixa ativo sinistrado	-	(2.155)	-	-	-	(2.155)
EBITDA ajustado	11.118	12.815	10.300	12.323	(288)	46.268
(-) Despesas de imposto de renda e contribuição social apurada no exercício líquido de diferimento	(1.380)	(3.161)	(1.226)	(1.450)	-	(7.217)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte de referência	(232)	(1.002)	-	(546)	-	(1.780)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	9.506	8.652	9.074	10.327	(288)	37.271
(C) Serviço da dívida no ano de referência correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	7.824	7.989	8.320	7.616	7.645	39.394
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	3,12	3,29	2,48	3,48	n/a	2,52

2.2.8.4 Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (36 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1) e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.9 Debêntures

A Companhia emitiu, em março de 2016, R\$ 57.000 em debêntures não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2028, junto ao Itaú Unibanco S.A. As debêntures não estão sujeitas à resgate antecipado, total ou parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sempre, no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Ao final de cada período de capitalização, será calculado em regime de capitalização de acordo com a fórmula:

$$J = VNa * (\text{Fator Juros} - 1)$$

J - Valor unitário dos juros Remuneratórios devidos ao final de cada período de capitalização, calculando com 8 casas decimais sem arredondamento;

VNa - Valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, calculando com 8 casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros - fator juros fixos calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurados

da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right]^{\frac{DP}{252}}$$

As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de empréstimo feitos pelo Grupo SMG junto ao BNDES, sendo que a Companhia ofereceu as garantias para obtenção dos empréstimos.

Os valores recebidos referentes às Debêntures foram repassados para suas controladas através de aumento de capital, sendo uma parte destinado à formação de capital social e outra parte destinado à formação de Reserva de Capital, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária aprovada em 15 de setembro de 2016.

2.2.9.1 Composição de saldo

		Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2023	31/12/2022
Controlada	Financiamentos					
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.	BNDES	IPCA + 8,19% a.a	Real	08/03/2016 - 15/12/2028	52.894	53.765
					52.894	53.765
	Total circulante				5.591	3.383
	Total não circulante				47.303	50.382

2.2.9.2 Movimentação das debêntures, nos exercícios

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	53.765	52.366
Juros incorridos	6.774	7.357
Juros pagos	(4.334)	(4.366)
Amortização de principal	(3.311)	(1.592)
Saldo final	52.894	53.765

2.2.10 Passivo de arrendamento

Entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2022	Juros	Pagamentos	Consolidado			31/12/2023
				Atualização contratual	Adições/(Baixas)	Transf CP/LP	
Passivo Circulante	214	-	(354)	-	-	493	353
Passivo Não Circulante	5.363	724	(724)	3.118	-	(493)	7.988
Total no Passivo	5.577	724	(1.078)	3.118	-	-	8.341

Passivo de arrendamentos	31/12/2021	Juros	Pagamentos	Consolidado			31/12/2022
				Atualização contratual	Adições/(Baixas)	Transf CP / LP	
Passivo Circulante	282	-	(217)	-	-	149	214
Passivo Não Circulante	5.578	492	(492)	-	(66)	(149)	5.363
Total no Passivo	5.860	492	(709)	-	(66)	-	5.577

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 2.3.1.

2.2.11 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, findo em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do Contrato de Energia de Reserva, a Companhia teve a energia contratual revisada para o segundo quadriênio e, como consequência, houve uma redução da receita fixa do empreendimento.

O desempenho dos parques no segundo quadriênio (jul.2018 - jun.2022) foi objeto de revisão do montante de energia contratada, sendo que, a partir de julho de 2022, os parques passaram a ter de energia contratual para o período que compreende julho 2022 a junho 2026 os MWmédios abaixo listados:

- Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A: 13,1 MWmédios, montante 3,3% inferior quadriênio anterior (13,6 MWméd).
- Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A: 13,7 MWmédios, montante 6,1 % inferior quadriênio anterior (14,6 MWméd).
- Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A: 13,0 MWmédios, montante 1,1% inferior quadriênio anterior (13,1 MWméd).
- Usina de Energia Eólica São João SPE S.A: 13,3 MWmédios, montante 5,0% inferior quadriênio anterior (14,0 MWméd).

Diante disso, houve uma redução na receita fixa para o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual poderá retornar ao volume originalmente contratado no leilão a partir do início do quarto quadriênio.

Em 31 de dezembro de 2023 os valores de penalidades estão assim demonstrados:

- Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A registra um valor de R\$ 7.196 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 4.356 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho de 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas, sendo 3 delas em 2020 e 2 em 2023), R\$ 2.343 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual) e R\$ 1.071 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual).

- Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A registra um valor de R\$ 13.002 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 10.897 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho de 2022 (R\$ 10.056 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas, sendo 3 delas em 2020 e 2 em 2023), R\$ 2.517 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual) e R\$ 429 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual).

- Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A registra um valor de R\$ 3.283 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 56 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2021 a junho de 2022, R\$ 2.263 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual) e R\$ 964 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual)

- Usina de Energia Eólica São João SPE S.A registra um valor de R\$ 10.182 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 7.874 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho de 2022 (R\$ 6.919 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas, sendo 3 delas em 2020 e 2 em 2023), R\$ 2.410 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual) e R\$ 853 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual).

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Saldo inicial	6.239	12.647	2.255	9.561	30.702
Atualização financeira	52	207	64	105	428
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (anual julho/2019 a junho/2020)	(166)	(281)	-	(337)	(784)
Penalidade contratual - em curso	1.071	429	964	853	3.317
Saldo final	7.196	13.002	3.283	10.182	33.663
Passivo circulante	4.923	7.286	5	5.840	18.054
Passivo não circulante	2.273	5.716	3.278	4.342	15.609

	Consolidado				
	31/12/2022				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Saldo inicial	5.958	12.196	2.247	9.063	29.464
Atualização financeira	281	451	4	498	1.234
Saldo final	6.239	12.647	2.251	9.561	30.698
Passivo circulante	1.704	2.919	5	2.908	7.536
Passivo não circulante	4.535	9.728	2.246	6.653	23.162

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em Operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	491.826	371.524	491.643	385.176
Total do imobilizado em operação	491.826	371.524	491.643	385.176
Bens em operações				
Edificações/Obras Cíveis	402	279	402	296
Equipamento de informática	75	42	39	13
Equipamentos de Comunicação	6	2	6	2
Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.10)	6.195	7.379	6.195	4.866
Veículos - direito de uso (Nota 2.2.10)	233	-	233	2
Máquinas e equipamentos	1.628	900	1.495	912
Instalações	187	54	187	72
Moveis e utensílios	87	39	81	42
Total dos bens em operações	8.813	8.695	8.638	6.205
Total do imobilizado	500.639	380.219	500.281	391.381

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.8) das controladas diretas estão garantidos por 36 turbinas (9 turbinas de cada empresa) de geração de energia, no montante total de R\$308.719.

2.3.1.1 Movimentações em 2023

Para o exercício de 2023 foi efetuada a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização conforme demonstrado a seguir e de acordo com os contratos fundiários: Usina Eólica Reduto S.A, Usina Eólica Carnaúba S.A e Usina Eólica São João S.A prazo final 2044 e Usina Eólica Santo Cristo S.A, prazo final 2043.

	Valor líquido em 31/12/2022	Atualização contratual	Desmobilização	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	385.176	-	4.474	183	(18.309)	371.524
Total do imobilizado em operação	385.176	-	4.474	183	(18.309)	371.524
Bens em operações						
Edificações/Obras Cíveis	296	-	-	-	(17)	279
Equipamento de informática	13	-	-	36	(7)	42
Equipamentos de Comunicação	2	-	-	-	-	2
Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.10)	4.866	3.118	-	-	(605)	7.379
Veículos - direito de uso (Nota 2.2.10)	2	-	-	-	(2)	-
Máquinas e equipamentos	912	-	-	133	(145)	900
Instalações	72	-	-	-	(18)	54
Moveis e utensílios	42	-	-	6	(9)	39
Total dos bens em operações	6.205	3.118	-	175	(803)	8.695
Total do imobilizado	391.381	3.118	4.474	358	(19.112)	380.219

2.3.1.2 Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições/ (Baixas)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	391.970	12.470	(19.264)	385.176
Total do imobilizado em operação	391.970	12.470	(19.264)	385.176
Bens em operações				
Edificações e obras civis	314	-	(18)	296
Equipamento de informática	11	7	(5)	13
Equipamentos de Comunicação	2	-	-	2
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.10)	5.251	(49)	(336)	4.866
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.10)	86	8	(92)	2
Máquinas e equipamentos	741	295	(124)	912
Instalações	90	-	(18)	72
Moveis e utensílios	51	-	(9)	42
Total dos bens em operações	6.546	261	(602)	6.205
Total do imobilizado	398.516	12.731	(19.866)	391.381

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu um incêndio no aerogerador SC-02 do parque eólico Santo Cristo, cujos impactos nas demonstrações financeiras estão indicados a seguir:

- A SPE Santo Cristo efetuou a baixa do aerogerador, cujo valor contábil líquido, na data do sinistro, era de R\$ 5.969, com impacto em redução do ativo imobilizado;
- Em junho de 2022 a SPE Santo Cristo reconheceu o direito de indenização devida pela seguradora no valor de R\$ 10.212. Em 2021, a Companhia recebeu da seguradora o pagamento da indenização parcial aprovada, no montante de R\$ 5.130 e registrou, em junho/2022, o valor da segunda parcela da indenização de R\$ 5.082. Dessa forma, o reconhecimento da baixa do imobilizado no resultado da Companhia dentro do período foi de R\$ 4.243. Ainda dentro do período, a Companhia realizou o pagamento da nova turbina no montante de R\$ 5.275;
- Em junho de 2022 a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A fez o reconhecimento do montante de lucro cessante referente ao 2º semestre de 2021 de R\$ 1.559, somado ao valor registrado no exercício de 2021 de R\$ 1.008, o valor de lucro cessante é de R\$ 2.568;
- Em setembro de 2022, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A recebeu por parte da seguradora, o valor da segunda parcela de indenização atualizada em R\$ 4.808, dessa forma reconheceu o ajuste da provisão no seu resultado de R\$ 274. Ainda em setembro, a controlada recebeu parte do valor de danos materiais em R\$ 2.741 e reconheceu o seu novo aerogerador no valor de R\$ 12.470 onde, R\$ 6.766 foram pagos a título de adiantamento;
- Em outubro de 2022, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A recebeu o valor final de danos materiais em R\$ 2.068. Até a data desse relatório, a Companhia apresenta o valor de lucro cessante para recebimento, em R\$ 2.568 e a parcela a ser quitada referente ao novo aerogerador de R\$ 2.005;
- Em março de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A recebeu o valor total de lucro cessante em R\$ 2.568. Até a data deste relatório, a Companhia apresenta o valor de R\$ 2.005 a ser quitado referente ao novo aerogerador;
- Em junho de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A reconheceu o valor a receber referente ao mecanismo de divisão de custos com seguro em R\$ 2.154; Em julho de 2023, a controlada recebeu o valor referente a divisão de custos com seguros em R\$ 2.154 e quitou o valor de R\$ 2.005 referente ao novo aerogerador.
- Em setembro de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE reconheceu o valor a receber referente a indenização adicional junto ao prestador de serviço, de R\$ 1.047, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021.

2.3.2 Intangível

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	14.305	10.579	14.305	11.152
Software	162	2	162	2
Total do intangível em operação	14.467	10.581	14.467	11.154
Total do intangível em operação	14.467	10.581	14.467	11.154

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção do parque.

2.3.2.1 Movimentações em 2023

	Valor líquido em 31/12/2022	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	11.152	(573)	10.579
Software	2	-	2
Total do intangível em operação	11.154	(573)	10.581
Total do intangível	11.154	(573)	10.581

2.3.2.2 Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2021	Amortização	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	11.724	(572)	11.152
Software	9	(7)	2
Total do intangível em operação	11.733	(579)	11.154
Total do intangível	11.733	(579)	11.154

2.3.3 Investimento

Companhias	Ativos Totais		Passivos (Circulantes e Não Circulantes)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.				
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	113.059	114.966	54.642	54.693
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	122.556	123.159	57.212	56.636
Usina de Energia Eólica São João S.A.	123.145	122.521	58.753	57.952
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	132.750	135.679	61.953	66.064
Total Investimento	491.510	496.325	232.560	235.345

Companhias	Patrimônio Líquido		Receitas Líquida	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.				
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	58.417	60.273	19.097	18.367
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	65.344	66.523	19.456	17.411
Usina de Energia Eólica São João S.A.	64.392	64.569	20.620	17.363
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	70.797	69.615	20.673	17.808
Total Investimento	258.950	260.980	79.846	70.949

Companhias	Resultado do Período	
	31/12/2023	31/12/2022
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.		
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	(99)	1.387
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	979	1.091
Usina de Energia Eólica São João S.A.	2.299	1.099
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	4.220	4.890
Total Investimento	7.399	8.467

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Companhias	31/12/2022	Equivalência	Dividendos	Resgates de ações (a)	31/12/2023
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	60.273	(99)	-	(1.757)	58.417
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	66.523	979	(232)	(1.926)	65.344
Usina de Energia Eólica São João S.A.	64.569	2.299	(546)	(1.930)	64.392
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	69.615	4.220	(1.002)	(2.035)	70.798
Total	260.980	7.399	(1.780)	(7.648)	258.951

(a) Refere-se a resgates de ações ocorridos por meio de aplicação de reserva de capital, sem redução de capital social da Companhia.

2.4 Patrimônio líquido

2.4.1 Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 235.230, dividido em R\$ 235.230.182 ações sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 235.230 divididos em 235.230.182 ações ordinárias), com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, em nome da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S/A.

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

A companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2023, no entanto, possui prejuízos acumulados que absorveram o referido lucro. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou lucro o qual também foi absorvido pelo seu prejuízo acumulado.

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Reconhecimento de sinistro

A companhia realiza o reconhecimento de receita com sinistros, quando aplicável, apenas após a análise e aprovação da seguradora responsável pelo sinistro.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.3 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez,

os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	3	-	-	-	3
Partes relacionadas - mútuos	5	-	-	-	5
Debêntures	5.591	7.954	39.349	-	52.894
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	11	-	-	-	11
Debêntures	3.383	5.198	29.190	15.994	53.765
	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	5.834	-	-	-	5.834
Empréstimos e financiamentos	15.404	17.765	63.490	79.495	176.154
Partes relacionadas - mútuos	-	-	-	-	-
Debêntures	5.591	7.954	39.349	-	52.894
Partes relacionadas - contas a pagar	110	-	-	-	110
Passivo de arrendamento	353	353	1.059	6.576	8.341
Penalidades contratuais	18.054	12.292	3.317	-	33.663
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	9.310	-	-	-	9.310
Empréstimos e financiamentos	14.354	16.169	57.093	97.700	185.316
Debêntures	3.383	5.198	29.190	15.994	53.765
Partes relacionadas - contas a pagar	130	-	-	-	130
Passivo de arrendamento	214	214	642	4.507	5.577
Penalidades contratuais	9.793	20.905	-	-	30.698

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Contingências

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

A Companhia São Miguel do Gostoso não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias.

As suas sociedades controladas são parte de processos tributários, para os quais são constituídas provisões quando há uma provável saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados.

As suas sociedades controladas possuem os seguintes processos:

- Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de R\$ 1.228 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento.
- Processo administrativo de risco possível ajuizada perante a Seção Judicial do Distrito Federal no montante atualizado de R\$ 817 que trata do pedido de suspensão dos pagamentos de penalidade de lastro criada em nova regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que na decisão de mérito não conheceu o pleito, negando o provimento. Parte envolvida: Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A e Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

	Controladora		
	31/12/2023	31/12/2022	
	Ativo - Dividendos	Ativo - Dividendos	Resultado - Encargos s/ Mútuo
Circulante			
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	-	130	(28)
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	232	259	(17)
Usina de Energia Eólica São João S.A.	546	261	(20)
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	1.002	1.161	(34)
Total Circulante	1.780	1.811	(99)
Total	1.780	1.811	(99)

	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	
	Passivo - Contas a pagar	Resultado - Serviços	Passivo - Contas a pagar
Circulante			
Voltalia Energia do Brasil Ltda	38	(4.784)	79
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	72	(856)	51
Total Circulante	110	(5.640)	130
Total	110	(5.640)	130

5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da acionista majoritária no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			
	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
REDUTO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	925
REDUTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	182.972
REDUTO	SEGURO RESP. CIVIL	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	23.236
SANTO CRISTO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	925
SANTO CRISTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	185.111
SANTO CRISTO	SEGURO RESP. CIVIL	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	24.932
CARNAÚBA	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	873
CARNAÚBA	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	182.713
CARNAÚBA	SEGURO RESP. CIVIL	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	22.471
SÃO JOÃO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	925
SÃO JOÃO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	183.240
SÃO JOÃO	SEGURO RESP. CIVIL	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	23.887

6 Principais práticas contábeis adotadas

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.

- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (2022 – 25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;

- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva

de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para

a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados

subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente

As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 foram as seguintes:

IFRS 17 “Contratos de Seguro”

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão.

Alterações ao IAS 8 “Definição de Estimativas Contábeis”

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement “Divulgação de Políticas Contábeis”

Alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

Alterações ao IAS 12 Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação

Alterações ao IAS 12 “Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois”

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16 “Passivo de Locação em um Sale and Leaseback”

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Alterações ao IAS 1 “Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante”

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 “Acordos de financiamento de fornecedores”

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretor Geral

Amaury Rainho Neto

Diretora Administrativa Financeira

Mariceli Schmidt dos Santos

Conselho de Administração

Bernardo Grillo Hoelz

Rafael Lamastra Junior

Katia Filomena Tavares Monnerat

Conselho Fiscal

Ana Clara S. F. Morrissy

Cristina Kakawa

José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva

Contador

Ricardo César Gonçalves

CRC RJ 109527/O-7

Controller

Juliana Silva Gomes Madureira

CRC RJ 116377/O-8

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190
voltalialatam@vitalia.com*

